

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.S.^{as} seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas a 2010. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

Perfil da Companhia
A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente Gasolina Automotiva, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, Asfalto, GLP, Agarras e Solventes Especiais.

Ambiente Econômico-Operacional
No cenário internacional houve apreensão dos mercados em relação às condições de solvência de alguns países integrantes da Comunidade Europeia, reforçando a percepção de que a plena recuperação do nível da atividade econômica nestes países será lenta e gradual. O dólar norte-americano apresentou desvalorização em relação às principais moedas mundiais, gerando descompasso nas balanças comerciais e enfiando a posição competitiva de países exportadores. Os preços das "commodities" oscilaram entre momentos de baixa (aperto monetário na China e crise hipotecária na Europa) e alta (picos de retomada no nível de consumo americano e adversidades climáticas).

A economia brasileira apresentou desempenho superior em relação à média das economias mundiais. O primeiro semestre apresentou um mercado interno demandado, com disponibilidade de crédito e expansão dos prazos de financiamento. Importantes setores da economia, entre eles o de veículos automotores, foram impactados pela redução da carga tributária e isso contribuiu positivamente para uma maior produção e venda de veículos e consequente aumento no consumo de combustíveis no país. No segundo semestre, a atividade econômica foi menos intensa e a necessidade de frear a pressão inflacionária gerada pelo alto consumo motivou o aumento de dois pontos percentuais na taxa básica de juros (SELIC) nos últimos meses do ano e medidas restritivas ao crédito. Ainda assim, o desempenho geral da economia brasileira em 2010 foi positivo, com significativo crescimento no PIB (7,5%), a menor taxa de desemprego já medida (6,2%), a maior produção de veículos da história (3,6 milhões) e o recorde de US\$ 200 bilhões em Exportações apesar do câmbio desfavorável. Neste contexto, a Refinaria de Petróleo Riograndense S/A planejou e realizou suas ações em um ambiente de negócios favorável, maximizando os resultados através de adequadas aquisições de matérias-primas, otimização no perfil de vendas, melhorias no processo produtivo e controle dos gastos operacionais, conquistando recordes de produção e vendas, realizando expressivos investimentos, revertendo os prejuízos acumulados e apresentando patrimônio líquido positivo.

A REFINARIA RIOGRANDENSE

Atividade de Refino

O petróleo tipo Brent, referência de preço internacional (cotado na bolsa de Londres), iniciou o ano em US\$ 76,2 por barril. Com a recuperação no nível da atividade econômica nos Estados Unidos, a partir de outubro, o preço aumentou gradativamente, alcançando sua maior cotação diária em dezembro, US\$ 94,0 por barril. O preço médio do petróleo tipo Brent em 2010 foi de US\$ 79,5 por barril superior 29,3% a média de 2009. Em 2010 não houve alteração nos preços de venda da gasolina, óleo diesel e GLP no Brasil. Os preços dos demais produtos foram reajustados de acordo com a evolução do cenário internacional.

Investimentos

Em 2010, a RPR investiu R\$ 16,6 milhões, representando o maior valor dos últimos oito anos e 79,6% superior a 2009. Do total, R\$ 6,2 milhões foram destinados à recuperação de tanques e ao aumento da capacidade na área de estocagem e transferência de matéria-prima e derivados; R\$ 2,2 milhões investidos em projetos de segurança e meio ambiente, principalmente no tratamento de resíduos industriais; R\$ 1,6 milhão foi destinado às paradas fabris para manutenção programada das unidades de destilação (U-200) e de craqueamento catalítico (U-FCC); R\$ 4,1 milhões em automação nas unidades de Utilidades e Solventes, com a instalação de novos equipamentos que aumentará a flexibilidade e qualidade dos produtos atuais e possibilitará a inclusão de novos produtos em nosso portfólio de vendas. Os demais R\$ 2,5 milhões foram investidos em confiabilidade operacional das unidades, aquisições de equipamentos para análises técnicas, melhorias no terminal de expedição, aquisições de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação.

Excelência Operacional

A RPR tem preocupação permanente com a harmonização da produção industrial, o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas, objetivando o crescimento socioeconômico sustentável e a garantia da segurança dos seus empregados e da comunidade, a proteção dos seus ativos e a continuidade do negócio.

Nesse sentido, a RPR iniciou o processo de implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que engloba a certificação nas normas OSHAS 18001 (segurança e saúde ocupacional), ISO 9001 (qualidade) e na ISO 14001 (meio ambiente), bem como obteve aprovação nas auditorias externas realizadas pelo Bureau Veritas Certification na avaliação do seu Sistema de Gestão Ambiental, conforme a NBR ISO 14001:2004. Em 2010 foram reduzidos os índices de acidentes na Planta (Taxa de Frequência de Acidentes menor que 1), concluída a Análise Quantitativa do Risco da Planta Industrial, que visa identificar os potenciais riscos não mapeados nos processos operacionais e finalizado o Relatório de Inventário de Fontes de Emissões Aéreas, que diz respeito aos impactos ambientais gerados pela empresa na região em que atua.

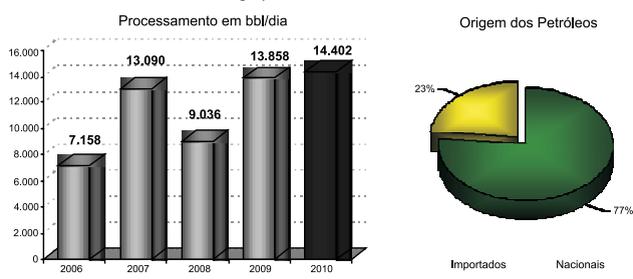
Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social

A valorização das pessoas é uma marca histórica da RPR, através de uma política de recursos humanos que propicia um relacionamento de longo prazo entre a empresa e seus funcionários. Em 2010 aumentamos em 9,5% nosso quadro de funcionários próprios e ampliamos os valores investidos em nosso programa de desenvolvimento profissional aplicando R\$ 258 mil no PATE - Programa Anual de Treinamento e Eventos. O plano de benefícios aos colaboradores inclui participação nos lucros, gratificações por tempo de serviço, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, plano de saúde e plano de previdência privada.

A empresa entende que faz parte da sua responsabilidade social contribuir para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da comunidade em que atua. Em 2010 foram investidos R\$ 80 mil em dois projetos: Projeto "Pescar", que oferece o aprendizado na atividade de solda para 15 jovens em situação de vulnerabilidade social, e o Projeto "Botos do Rio Grande", que educa a comunidade local na preservação e monitoramento da vida marinha da Lagoa dos Patos. Desta forma, a RPR contribui para o desenvolvimento da cidade de Rio Grande e do Estado do Rio Grande do Sul, através da geração de renda direta e indireta e arrecadação de impostos decorrentes de suas operações.

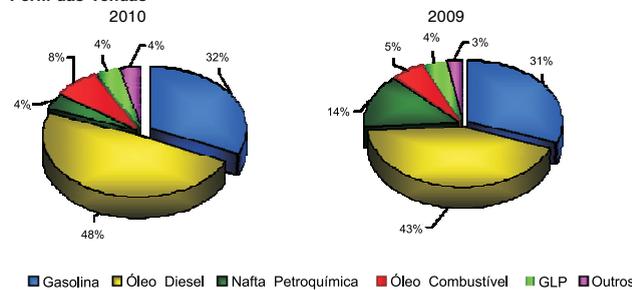
Produção e Comercialização

A RPR operou em sua plena capacidade de produção, atingindo o recorde histórico de processamento de petróleo de 14.402 barris por dia, superior em 3,9% se comparado com 2009. Esta produção foi otimizada em produtos de maior margem (Gasolina e Diesel), representando 81,2% do volume total produzido. Destaca-se o fato de que em 2010 houve duas paradas programadas de manutenção, sendo uma em julho na principal unidade de destilação atmosférica (U-200), representando 23 dias sem operação e outra em novembro na principal unidade de produção de gasolina (U-5000), representando 12 dias sem operação. Em 2010 a RPR processou três novos petróleos, sendo dois importados (Akpo e Caño Limon) e um nacional (Tiro), além da aquisição de outras matérias-primas, que representaram 14,5% do total da carga processada no ano.



O mercado brasileiro de derivados de petróleo alcançou entre janeiro e dezembro de 2010 um crescimento de 8,4% em relação ao mesmo período de 2009, conforme dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). No Rio Grande do Sul, o crescimento foi de 8,0% para o mesmo período. Assim, a RPR aumentou sua participação no mercado de combustíveis da região, atingindo 10,8% do volume total dos derivados de petróleo comercializados no Rio Grande do Sul e alcançando "market share" de 11% na gasolina automotiva, 15% no óleo diesel, 17% no óleo combustível, 4% no GLP e 44% na agarras. As vendas em 2010 atingiram 897 mil m³, superior 21,7% em relação a 2009. Em abril a RPR alcançou o recorde histórico de vendas de diesel em um único mês (43 mil m³) e também no volume de vendas anual deste produto (442 mil m³).

Perfil das Vendas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Indicadores	Em R\$ mil	2010	2009
Receita Líquida		961.948	752.922
Lucro Operacional Bruto		113.646	95.490
Lucro (Prejuízo) Líquido Antes Impostos		68.714	38.867
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		50.786	26.778
EBITDA		97.271	73.171

Receita Líquida

A RPR atingiu Receita Líquida de R\$ 961,9 milhões, superior 27,8% em relação a 2009, principalmente pela maior venda de óleo diesel (38,8%) e gasolina (26,4%).

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 50,8 milhões, superior 89,7% em relação a 2009. Em maio revertimos os prejuízos acumulados e encerramos o ano com PL positivo de R\$ 101,0 milhões. Os bons resultados ocorreram em função das margens positivas nas aquisições de petróleos e outras matérias-primas, pelo alto nível de processamento, no aumento do volume de vendas com perfis favoráveis e no controle dos gastos operacionais.

EBITDA

O EBITDA alcançou R\$ 97,3 milhões, superior 32,9% em relação a 2009, influenciado pelas margens positivas da atividade de refino no período.

Cálculo do EBITDA:	Em R\$ mil	2010	2009
Lucro antes dos Impostos		68.714	38.867
(+/-) Resultado Financeiro		23.555	29.060
(+/-) Resultado Não Operacional		(882)	(146)
(+/-) Depreciação e Amortização		5.884	5.390
(=) EBITDA		97.271	73.171

Endividamento

Em 2010 a RPR ampliou o prazo médio ponderado do seu endividamento bancário para 13 meses contra os 10 meses de 2009, melhorando assim sua financiabilidade. A RPR encerrou o exercício com uma dívida bruta de R\$ 76,9 milhões, inferior 26,8% em relação a 2009 e um endividamento líquido de R\$ 42,2 milhões correspondente a 43,4% do EBITDA do ano.

Perspectivas

Em 2011 as margens operacionais da atividade de refino no Brasil deverão ser inferiores aos dois últimos anos em função do elevado aumento no preço do petróleo no mercado internacional no último trimestre de 2010, agravado pela crise política nos países árabes. A RPR manterá o foco na aquisição de matérias-primas com margens positivas e adequadas ao seu processo produtivo. Caso não seja viável, optaremos pelo contrato de industrialização junto à Petrobras, que nos permite operar em um patamar de equilíbrio nos momentos de instabilidade do mercado internacional. Resaltamos que o investimento de R\$ 7,5 milhões aprovados pelo Conselho de Administração para melhorias na Unidade de Solventes Leves permitirá à RPR atingir mercados de maior valor agregado e aumentar a participação dos derivados especiais no resultado da companhia.

Por fim, agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e órgãos governamentais pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2010.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) ..	34.658	63.554	5.555						
Contas a receber de clientes (Nota 6)	38.383	41.748	2.724						
Estoques (Nota 7)	67.946	81.574	24.007						
Imposto a recuperar (Nota 8)	8.674	11.162	10.014						
Outros ativos circulantes	71	517	184						
	<u>149.732</u>	<u>198.555</u>	<u>42.484</u>						
Não circulante									
Outros ativos não circulantes	1.807	444	134						
Investimentos	-	-	392						
Imobilizado (Nota 10)	152.440	141.701	137.836						
	<u>154.247</u>	<u>142.145</u>	<u>138.362</u>						
Total do ativo	303.979	340.700	180.846						
PASSIVO									
Circulante									
Financiamentos e empréstimos (Nota 11)	40.268	87.555	75.625						
Fornecedores (Nota 12)	9.049	68.567	10.758						
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13) ..	20.804	20.256	2.207						
Salários e férias a pagar	2.904	1.843	1.454						
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas (Nota 14)	527	538	350						
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17) ..	4.671	5.453	-						
Provisão p/benefício pós-emprego (Nota 15) ..	4.166	3.848	3.171						
Dividendos a pagar (Nota 16)	8.466	103	313						
Outros passivos circulantes	1.701	172	598						
	<u>92.556</u>	<u>188.335</u>	<u>94.476</u>						
Não circulante									
Financiamentos e empréstimos (Nota 11)	36.589	17.500	-						
Impostos diferidos (Nota 22)	36.060	36.480	37.110						
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas (Nota 14)	1.485	584	295						
Provisão p/benefício pós-emprego (Nota 15) ..	36.297	32.718	31.126						
	<u>110.431</u>	<u>87.282</u>	<u>68.531</u>						
Patrimônio líquido (Nota 16)									
Capital social	15.296	15.296	296						
Ajustes de avaliação patrimonial	63.697	70.867	72.036						
Reserva legal	1.485	-	-						
Reserva de lucros	20.514	-	20.637						
Prejuízos acumulados	-	(21.080)	(75.130)						
	<u>100.992</u>	<u>65.083</u>	<u>17.839</u>						
Total do passivo e patrimônio líquido	303.979	340.700	180.846						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros especial de dividendos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	296	72.036	-	-	20.637	(75.130)	17.839
Resultado do período	-	-	-	-	-	26.778	26.778
Outros resultados abrangentes	-	1.602	-	-	-	3.864	5.466
Total de resultados abrangentes no período	-	1.602	-	-	-	30.642	32.244
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	(4.198)	-	-	-	4.198	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	1.427	-	-	-	(1.427)	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Aumento de capital	15.000	-	-	-	-	-	15.000
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	(20.637)	20.637	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	15.296	70.867	-	-	-	(21.080)	65.083
Resultado do período	-	-	-	-	-	50.786	50.786
Outros resultados abrangentes	-	(4.399)	-	-	-	(2.012)	(6.411)
Total de resultados abrangentes no período	-	(4.399)	-	-	-	48.774	44.375
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	(4.198)	-	-	-	4.198	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	1.427	-	-	-	(1.427)	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Dividendos (R\$ 3,30 por ação)	-	-	-	-	-	(8.466)	(8.466)
Constituição de reservas	-	-	1.485	20.514	-	(21.999)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.296	63.697	1.485	20.514	-	-	100.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)

	2010	2009
Receita (Nota 18)	961.948	752.922
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 21)	(848.302)	(657.432)
Lucro bruto	113.646	95.490
Outras receitas	948	854
Despesas com vendas (Nota 21)	(5.213)	(6.564)
Despesas administrativas e gerais (Nota 21)	(17.046)	(21.145)
Outras despesas (Nota 21)	(66)	(708)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	92.269	67.927
Receitas financeiras (Nota 19)	61.996	1.806
Despesas financeiras (Nota 19)	(85.551)	(30.866)
Resultado antes dos impostos	68.714	38.867
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 20) ..	(18.348)	(12.719)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20) ..	420	630
Resultado do período	50.786	26.778
Resultado por ação (Nota 22)		
Resultado por ação ordinária básico (em R\$)	3,1138	1,9626
Resultado por ação preferencial básico (em R\$)	3,4252	2,1589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 – (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia iniciou suas atividades em 1937.

Suas atividades principais são o refino, o processamento, a comercialização e importação de petróleo, seus derivados e correlatos. São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (34,6% de ações ordinárias e 34,4% de ações preferenciais), Braskem S.A. (32,7% de ações ordinárias e 32,5% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. – Petrosbras (32,7% de ações ordinárias e 32,5% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,6% de ações preferenciais).

Os principais produtos produzidos pela Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. são Gasolina, Oleo Diesel, Oleo Combustível, GLP, (Gás de Cozinha), Asfalto, Aguarrás e Solventes Especiais.

Os principais fornecedores de matéria-prima da sociedade são a Pifco – Petrosbras International Finance Co., a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras e a Braskem Incorporated Limited.

A área de atuação da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. abrange, principalmente, o mercado da região sul do Brasil.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 e 2010, com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009, a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010, para fins de comparação.

Estas são as primeiras demonstrações preparadas sob estas normas, nos quais o pronunciamento CPC 43 (R1) (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41) foi aplicado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2011.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- custo atribuído de ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – Imobilizado
- Nota 14 – Provisões e contingências
- Nota 15 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos (veja nota explicativa 17). Caixa e equivalentes de caixa abragem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

(iii) Capital social

Ações ordinárias
As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira.

No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deveria ter a sua ocorrência como altamente provável e deveria apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final afetam o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedged) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados substancialmente por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

e. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem, principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio do custo de aquisição, que não excede ao valor de mercado;
- Os derivados de petróleo são demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados aos valores de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não pode exceder ao valor de reposição. As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos estão apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquida dos efeitos fiscais (veja nota explicativa 10). Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos relacionados ao segmento de refino, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de vidas úteis:

	A partir de 01/01/2009	Antes de 01/01/2009
• Edificações e benfeitorias	60 anos	25 anos
• Máquinas, equipamentos e instalações de operações	8-35 anos	10 anos
• Móveis e utensílios	8-32 anos	10 anos
• Computadores e periféricos	8 anos	5 anos
• Veículos	10 anos	5 anos

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil dos ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2009, portanto, a depreciação no exercício foi reduzida em R\$ 2.962 em 2010 e R\$ 2.347 em 2009, desconsiderando os montantes relacionados aos efeitos da depreciação do custo atribuído.

g. Redução ao valor recuperável de ativos

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e consequentemente, a Companhia não possui provisão para irrecuperabilidade registrada nesses exercícios.

h. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os valores apresentados consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório ("RTT"), pela Companhia, facultativo nos exercícios anteriores em 2008 e 2009 e obrigatório a partir do ano-calendário 2010, conforme Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09 que converteu a Medida Provisória nº 449/08.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. Historicamente a Companhia não possui histórico de perdas e não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas e receber de clientes e títulos de investimento.

A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pela gerência financeira, sob a qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Estas diretrizes visam permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e nortear a gerência financeira e a diretoria na avaliação e concessão deste crédito.

Em 2011 a companhia possui um projeto de implantação de um comitê de crédito para realização destas avaliações e concessão de crédito individual aos clientes.

A Companhia possui em torno de 24 clientes no mercado nacional, sendo que aproximadamente 55 por cento (65 em 2009) do faturamento nesse mercado é atribuído a operações de venda a um único cliente. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados de acordo com suas características relativas a localização geográfica, segmento, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundo de investimento exclusivo de renda fixa, cujos recursos estão lastreados em títulos públicos federais, sendo o risco existente aqule inerente a tais ativos.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez assume duas formas distintas porém intimamente relacionadas: risco de liquidez de ativos ou de mercado e risco de liquidez de funding ou de fluxo de caixa. O primeiro deles surge quando uma transação não pode ser conduzida aos preços vigentes de mercado devido ao fato de que o volume envolvido ser muito elevado em relação aos volumes normalmente transacionados e varia de acordo com os tipos de ativos, mercados em que são negociados e ao longo do tempo em função das condições de mercado. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas. Estas dificuldades podem levar a liquidações antecipadas e desordenadas de ativos aumentando a exposição ao risco de liquidez de mercado.

O risco de liquidez no sentido genérico advém de situações em que uma entidade interessada em negociar seus ativos e produtos, não consegue fazê-lo porque não consegue achar outra entidade interessada em tomar o lado contrário da transação a um preço razoável ou até mesmo a qualquer preço. Este risco torna-se particularmente grave se a entidade que detém ou produz esses ativos e produtos e a ele está sujeita se vê perante a obrigação de liquidar esses bens para honrar outros compromissos.

Uma instituição pode perder acesso à liquidez se o seu rating de crédito cair, ou se um outro evento levar a que as outras contrapartes desistem de transacionar com a companhia ou até mesmo financeiras. A Companhia também está exposta a risco de liquidez se os mercados do qual ela depende estiverem sujeitos a possível perda de liquidez.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez (de mercado e de fluxo de caixa) é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Comumente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 14 (quatorze) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.



»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 – (Em milhares de Reais)

A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está apresentada abaixo:

	Multa de FGTS	
	2010	2009
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(1.683)	(2.812)
Despesas no ano	(250)	(397)
Benefícios pagos pela empresa no ano	518	831
Reconhecimento imediato dos ganhos/(perdas) em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(33)	695
Saldo final em 31 de dezembro	(1.448)	(1.683)
Composição de despesas no ano		
Custo de serviço corrente	74	114
Custo dos juros	176	283
	250	397

	Gratificação por Aposentadoria	
	2010	2009
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(460)	(726)
Despesas no ano	(68)	(103)
Reconhecimento imediato dos ganhos/(perdas) em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	79	369
Saldo final em 31 de dezembro	(449)	(460)
Composição de despesas no ano		
Custo de serviço corrente	20	30
Custo dos juros	48	73
	68	103

	Seguro de Vida	
	2010	2009
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(9.627)	(10.964)
Despesas no ano	(1.042)	(1.077)
Benefícios pagos pela empresa no ano	126	58
Reconhecimento imediato dos ganhos/(perdas) em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	5.281	2.356
Saldo final em 31 de dezembro	(5.262)	(9.627)
Composição de despesas no ano		
Custo de serviço corrente	-	-
Custo dos juros	1.042	1.077
	1.042	1.077

	Plano Médico	
	2010	2009
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(24.796)	(24.310)
Despesas no ano	(2.640)	(2.445)
Benefícios pagos pela empresa no ano	1.471	1.515
Reconhecimento imediato dos ganhos/(perdas) em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(7.339)	444
Saldo final em 31 de dezembro	(33.304)	(24.796)
Despesas	-	-
Custo de serviço corrente	23	26
Custo dos juros	2.167	2.419
	2.190	2.445

	Total	
	2010	2009
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(36.566)	(38.812)
Despesas no ano	(4.000)	(4.022)
Benefícios pagos pela empresa no ano	2.115	2.404
Reconhecimento imediato dos ganhos/(perdas) em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(2.012)	3.864
Saldo final em 31 de dezembro	(40.463)	(36.566)
Despesas	-	-
Custo de serviço corrente	117	170
Custo dos juros	3.433	3.852
	3.550	4.022

Em 01 de janeiro de 2009 o saldo líquido era de R\$ 4.515 referentes à superávit em plano de aposentadoria anteriormente patrocinado pela Companhia junto a Fundação Francisco Martins Bastos – FFMB. Durante o exercício de 2009 a Companhia se desligou como patrocinadora deste plano.

A Companhia optou por registrar integralmente os ganhos ou perdas atuariais relacionados à valorização das obrigações presentes para os benefícios de longo prazo a empregados em outros resultados abrangentes.

Para os benefícios que compõe o saldo de passivo registrado pela Companhia não há ativos dos planos a serem mensurados a valor justo.

A apresentação dos montantes devidos por benefícios a empregados em passivo circulante em 31 de dezembro de 2010 considera a parcela as despesas projetadas para o exercício de 2011, conforme demonstrado a seguir:

	Multa de FGTS	Gratificação por Aposentadoria	Seguro de Vida	Plano Médico	Total
	Custo do serviço	67	21	-	28
Custo dos juros	147	45	522	3.336	4.050
Total	214	66	522	3.364	4.166

A composição final dos montantes apresentados no passivo está demonstrada abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Plano de aposentadoria (superávit)	-	-	4.515
Seguro de vida	(5.262)	(9.627)	(10.964)
Plano de assistência médica e odontológica	(33.304)	(24.796)	(24.310)
Gratificação	(449)	(460)	(726)
Multa FGTS	(1.448)	(1.683)	(2.812)
Total	(40.463)	(36.566)	(34.297)
Circulante	(4.166)	(3.848)	(3.171)
Não circulante	(36.297)	(32.718)	(31.126)

A movimentação dos registros de ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes durante os exercícios está apresentada abaixo:

	Outros resultados abrangentes	
Ganhos e (perdas) atuariais líquidas 01/01/2009	-	-
Ganhos e (perdas) atuariais líquidas em 2009	-	3.864
Ganhos e (perdas) atuariais em 31/12/2009	-	3.864
Ganhos e (perdas) atuariais líquidas em 2010	-	(2.012)
Ganhos e (perdas) atuariais em 31/12/2010	-	1.852

As principais premissas adotadas no cálculo da Companhia foram as seguintes:

	2010	2009	01/01/09
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	10,29	10,86	10,24
Taxa de retorno de longo prazo esperada para os ativos	-	-	10,20
Taxa média de crescimento salarial projetada	6,08	6,08	6,08
Taxa de inflação (longo prazo)	4,24	4,00	4,00
Taxa de crescimento dos custos médicos	8,41	8,16	8,16
Fator de capacidade dos salários e benefícios	98	98	98
Premissas biométricas utilizadas (consistentes em todos os anos apresentados):			
Tábua de mortalidade – AT 2000 Basic agravada em 10% e segregada por sexo (*)			
Tábua de rotatividade – Towers Perrin ajustada ao estudo de 2006			
Tábua de mortalidade de inválidos – RRB 1983			
Tábua de entrada de invalidez – RRB 1944 modificada			
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria: 95%			
Diferença de idade entre participante e cônjuge: esposas são 4 anos mais jovens que os maridos			
Idade de aposentadoria: 60 anos em 31/12/2010 (aposentadoria por tempo de serviço do INSS em 31/12/2009 e aposentadoria da FFMB em 01/01/2009)			
(*) Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-80.			

Participação dos empregados nos resultados

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estas participações são calculadas com base no resultado do exercício, após dedução dos prejuízos acumulados, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social, sendo retiradas sucessivamente e na ordem abaixo:

a) Participação dos empregados da Companhia

Calculada em 3% sobre o lucro líquido, o qual será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de investimentos societários, registrados na demonstração de resultado como receita ou despesa por: equivalência patrimonial, amortização de ágio ou deságio e alienação ou baixa de investimentos societários e, ainda, dos juros pagos ou recebidos pela Companhia como remuneração sobre o capital próprio.

b) Participação dos administradores da Companhia

Calculada, ao final do exercício, em 10% sobre o lucro remanescente após a dedução das participações dos empregados, não podendo esta ultrapassar a remuneração global anual fixada para estes pela Assembléia Geral. Em 2010, a participação dos empregados e dos administradores nos lucros da Companhia atingiu o montante de R\$ 1.559.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias (31 de dezembro de 2009: 5.158.475; 1 de janeiro de 2009: 99.824) e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis (31 de dezembro de 2009: 10.137.525; 1 janeiro de 2009: 196.176). As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 1,00 (um Real).

b. Reserva de lucros

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. O valor destinado para a reserva legal em 2010 foi de R\$ 1.485.

• Reserva de retenção de lucros

Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento, a retenção no valor de R\$ 20.514, terá por finalidade suprir recursos para investimentos em 2011, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social.

c. Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, descontados prejuízos acumulados, se houver, após a destinação de participação de empregados, administradores e de 5% para reserva legal. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias. Em 2010, os dividendos foram calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício	50.786
Prejuízo acumulado do exercício anterior	(21.080)
Lucros após compensação de prejuízos	29.706
(-) Reserva legal	(1.485)
Base cálculo para dividendos propostos	28.221
Dividendos propostos sobre o lucro líquido ajustado	(8.466)
Subtotal para constituição de reserva	19.755
Outros resultados abrangentes pós-emprego	(2.012)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de impostos	2.771
Constituição de reserva de lucros	20.514

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Valor justo através do resultado	Custo através do resultado	Valor justo através do resultado	Custo através do resultado	Valor justo através do resultado	Custo através do resultado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	34.658	-	63.554	-	5.555	-
Contas a receber de clientes	-	38.383	-	41.748	-	2.724
Outros ativos circulantes	-	71	-	517	-	184
Total	34.658	38.454	63.554	42.265	5.555	2.908
Passivo						
Financiamentos e empréstimos	-	(76.857)	-	(105.055)	-	(75.625)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.671)	-	(5.453)	-	-	-
Fornecedores	-	(9.049)	-	(68.567)	-	(10.758)
Total	(4.671)	85.906	(5.453)	173.622	-	86.383

b) Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Valor contábil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e equivalentes de caixa	34.658	63.554	5.555
Contas a receber de clientes	38.383	41.748	2.724
Outros ativos circulantes	71	517	184
Total	73.112	105.819	8.463

Todos os montantes apresentados estão relacionados ao mercado nacional, não existindo recebível em aberto no mercado externo. O cliente mais relevante da Companhia também é uma parte relacionada, sendo uma distribuidora (Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.) de um dos grupos empresariais que é controladora da Companhia, responsável por R\$ 17.809 dos recebíveis a valor contábil em 31 de dezembro de 2010, representando 46% do contas a receber. Não havia saldos em atraso em relação a contas a receber de clientes nas datas apresentadas, estando todos os montantes a vencer. A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência. Desta forma não é constituída provisão para riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável.

c) Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2010:

	Valor Fluxo de caixa contábil				
	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	
31 de dezembro de 2010					
Passivos financeiros não derivativos					
Financiamentos e empréstimos	76.857	87.420	41.007	31.848	10.986
Fornecedores	9.049	9.049	-	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	4.671	4.673	4.673	-	-
Total	90.577	101.142	45.680	31.848	10.986

d) Risco cambial

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de dólar norte americano foi a seguinte - base em valores nominais:

	Taxa à vista na data das demonstrações financeiras				
	2010	2009	31/12/2010	31/12/2009	
31 de dezembro de 2010					
Fornecedores	-	-	-	-	6.178
Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	4.761
Exposição do balanço patrimonial sem instrumentos derivativos	-	-	-	-	10.939
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	4.671
Exposição do balanço patrimonial líquida	-	-	-	-	15.610
31 de dezembro de 2009					
Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	49.959
Exposição do balanço patrimonial sem instrumentos derivativos	-	-	-	-	49.959
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	5.453
Exposição do balanço patrimonial líquida	-	-	-	-	55.412

As seguintes taxas de câmbio aplicadas durante o ano:

	Taxa média		Taxa à vista na data das demonstrações financeiras	
	2010	2009	31/12/2010	31/12/2009
Reais	-	-	-	-
USD	1,6662	1,7412	1,68	1,74

Instrumentos financeiros derivativos – risco cambial

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Um dos instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF – "Non Deliverable Forward").

As operações abaixo referentes à NDFs em aberto:

Tipo de instrumento-proteção	Moeda	Vencimentos 31/12/10	Valor nominal		Valor justo	
			31/12/10 em US\$ mil	31/12/09 em US\$ mil	31/12/10	31/12/09
NDF – Importação de matéria prima e derivados	US\$	14/01/2011 e 03/01/2011	31.000	(4.382)	191.119	(5.797)
NDF – Financiamento FINIMP	US\$	-	-	-	29.619	344
Total			31.000	(4.382)	220.738	(5.453)

Outro instrumento contratado pela Companhia em 2010, para proteção de risco de variação cambial em empréstimos mantidos em moeda estrangeira, é o swap, na qual a Companhia troca uma posição passiva de variação cambial em dólar norte americano, para uma posição passiva de correção atrelada a 105% da variação do CDI no período.

As operações abaixo foram consideradas como instrumentos financeiros derivativos:

Tipo de instrumento / proteção	Moeda	Vencimentos 31/12/10	Valor nominal		Valor justo	
			31/12/10 em US\$ mil	31/12/09 em US\$ mil	31/12/10	31/12/09
Swap – Financiamento em moeda estrangeira	US\$	12/01/2011	-	-	(2.850)	(289)
Total			-	-	(2.850)	(289)

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte americano e variação da DI foram obtidas a partir da BM&F Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima de vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa

A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a importação de matéria-prima (petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da entrada da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, e antes da liquidação do instrumento financeiro derivativo, que coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é considerada como hedge de valor justo e registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custo dos produtos vendidos.

A parcela não efetiva destes instrumentos e o valor correspondente a variações do valor justo de derivativos contratados para proteção de passivos por financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira são apresentados como resultado financeiro.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2010 e 2009, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 – (Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável
Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do exercício	
	31/12/2010	
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	(1.274)	
Alteração nas taxas de juros sobre aplicações financeiras	753	

f) Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	34.658	34.658
Financiamentos e empréstimos	76.857	76.072
Instrumentos financeiros derivativos	4.671	4.671

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Financiamentos e empréstimos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos: estes instrumentos são mensurados a valor justo, considerando os critérios mencionados anteriormente;

g) Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	31/12/2010		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	34.658	-
Instrumentos financeiros passivos	-	(4.671)	-
		<u>29.987</u>	
	31/12/2009		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	63.554	-
Instrumentos financeiros passivos	-	(5.453)	-
		<u>58.101</u>	
	01/01/2009		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.555	-
		<u>5.555</u>	

18. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2010	2009
Receita bruta fiscal	1.449.151	1.098.474
Menos:		
Impostos sobre vendas	(487.111)	(345.527)
Devoluções e abatimentos	(92)	(25)
Total da receita contábil	<u>961.948</u>	<u>752.922</u>

19. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros	(10.690)	(11.380)
Variações cambiais passivas	(73.435)	(19.196)
Outros	(1.426)	(290)
Total	<u>(85.551)</u>	<u>(30.866)</u>
Receitas financeiras		
Juros	271	101
Variações monetárias ativas	7.753	708
Variações cambiais ativas	53.565	651
Outros	407	346
Total	<u>61.996</u>	<u>1.806</u>

20. DESPESAS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2010	2009
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	68.714	38.867
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	23.363	13.215
Adições permanentes, líquidas		
Despesas não dedutíveis	46	151
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	(8.047)	(5.448)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecido sobre prejuízos e diferenças temporárias	2.986	4.801
Imposto de renda e contribuição social	<u>18.348</u>	<u>12.719</u>
No resultado do exercício		
Alíquota efetiva	27%	33%

Impostos diferidos

Ativos

A Administração da Companhia manteve a decisão de não constituir o crédito fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social em 2010.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar, tanto para fins de imposto de renda como para fins de contribuição social sobre o lucro, o valor-base de R\$ 43.967.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	34.254	35.682	37.110
Diferença de vidas úteis – depreciação	1.806	798	-
Passivo não circulante	<u>36.060</u>	<u>36.480</u>	<u>37.110</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

	2010	2009
Depreciação e amortização	(5.884)	(5.390)
Despesas com pessoal	(18.443)	(12.593)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(817.988)	(622.792)
Despesas com benefícios empregados	(7.012)	(12.073)
Outros	(21.300)	(33.001)
Total	<u>(870.627)</u>	<u>(685.849)</u>
Despesas de vendas	(5.213)	(6.564)
Despesas administrativas	(17.046)	(21.145)
Outras despesas	(66)	(708)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	<u>(848.302)</u>	<u>(657.432)</u>
Total	<u>(870.627)</u>	<u>(685.849)</u>

22. RESULTADO POR AÇÃO

	2010	2009
Resultado líquido	50.786	26.778
Média ano ações ordinárias	5.158.475	4.315.367
Média ano ações preferenciais	10.137.525	8.480.634
Resultado por ação ordinária básico - R\$	3,1138	1,9626
Resultado por ação preferencial básico - R\$	3,4252	2,1589

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 333.240, R\$ 31.253 para lucros cessantes e R\$ 416.550 para responsabilidade civil.

24. ALTERAÇÃO PRÁTICAS CONTÁBEIS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS NORMAS EMITIDAS PELO CPC

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009.

A aplicação destas normas ("novas normas") impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme apresentado no item (b) abaixo.

Normas CPC emitidas adotadas no exercício de 2010 aplicáveis as operações da Companhia

CPC 16 - Estoques				
CPC 20 - Custos de Empréstimos				
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro				
CPC 24 - Evento Subseqüente				
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes				
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações financeiras				
CPC 27 - Ativo Imobilizado				
CPC 30 - Receitas				
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro				
CPC 33 - Benefícios a Empregados				
CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração				
CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação				
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação				
CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43				

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia para as novas normas).

Balanço patrimonial

	01/01/2009 (*)		31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado aos CPCs	Conforme divulgado	Ajustado aos CPCs
Ativo				
Circulante	42.484	42.484	198.555	198.555
	<u>42.484</u>	<u>42.484</u>	<u>198.555</u>	<u>198.555</u>
Não circulante				
Imobilizado	34.875	137.836	40.591	141.701
Demais contas	526	526	444	444
Total do ativo não circulante	<u>35.401</u>	<u>138.362</u>	<u>41.035</u>	<u>142.145</u>
Total do ativo	<u>77.885</u>	<u>180.846</u>	<u>239.590</u>	<u>340.700</u>

(*) Data da adoção inicial

Balanço patrimonial

	01/01/2009 (*)		31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado aos CPCs	Conforme divulgado	Ajustado aos CPCs
Passivo				
Circulante	94.476	94.476	188.335	188.335
	<u>94.476</u>	<u>94.476</u>	<u>188.335</u>	<u>188.335</u>
Não circulante				
Impostos diferidos	-	37.110	-	36.480
Provisão p/benefício pós-emprego	35.698	31.126	38.779	32.718
Demais contas	295	295	18.084	18.084
	<u>35.993</u>	<u>68.531</u>	<u>56.763</u>	<u>87.282</u>

(*) Data da adoção inicial

Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Reserva de reavaliação	6.185	-	6.185	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	72.036	1.602	70.867
Prejuízos acumulados	(79.702)	(75.130)	(28.591)	(21.080)
Demais contas	<u>20.933</u>	<u>20.933</u>	<u>15.296</u>	<u>15.296</u>
	<u>(52.584)</u>	<u>17.839</u>	<u>(5.508)</u>	<u>65.083</u>

Total do passivo e patrimônio líquido

	<u>77.885</u>	<u>180.846</u>	<u>239.590</u>	<u>340.700</u>
--	---------------	----------------	----------------	----------------

(*) Data da adoção inicial

Demonstração do Resultado

	31/12/2009 (**)	
	Conforme divulgado	Ajustado aos CPCs
Receita	752.922	752.922
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	<u>(655.581)</u>	<u>(657.432)</u>
Lucro bruto	97.341	95.490
Outras (despesas) receitas operacionais		
Outras receitas	-	854
Vendas	(6.564)	(6.564)
Administrativas e gerais	(18.049)	(21.145)
Honorários da administração	(621)	-
Outras despesas	-	(708)
Despesas financeiras	(30.866)	(30.866)
Receitas financeiras	1.806	1.806
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>146</u>	<u>(56.230)</u>
Resultado antes dos impostos	43.193	38.867
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.719)	(12.719)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	630
Resultado do período	<u>30.474</u>	<u>26.778</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado aos CPCs
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	43.193	38.867
Ajustes:		
Depreciação	3.493	5.390
Resultado na venda de ativos imobilizados	(408)	(454)
Encargos financeiros não realizados sobre empréstimos e financiamentos	718	718
Resultado de instrumentos financeiros derivativos não realizados	7.055	-
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	-	36.430
Provisão para benefício pós-emprego	3.658	6.133
Provisão para estoque a valor líquido realizável	415	415
Provisão para contingências	477	477
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	(3.017)	(39.024)
(Aumento) em contas a receber de partes relacionadas	(36.007)	-
(Aumento) nos estoques	(57.982)	(57.982)
Aumento em fornecedores	585	57.809
Aumento em contas a pagar de partes relacionadas	57.224	-
(Aumento) dos demais grupos do ativo	(1.399)	(1.791)
Aumento dos demais grupos do passivo	16.478	16.870
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.395)	(11.395)
Entradas por liquidações de instrumentos financeiros derivativos	-	651
Saídas por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	(30.026)
Juros e encargos pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	(8.575)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>23.088</u>	<u>14.513</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	457	457
Aquisição de ativo imobilizado	(9.258)	(9.258)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(8.801)</u>	<u>(8.801)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	15.000	15.000
Empréstimos e financiamentos tomados	375.940	375.940
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(347.228)	(338.653)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>57.999</u>	<u>57.999</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.555	5.555
No fim do exercício	<u>63.554</u>	<u>63.554</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>57.999</u>	<u>57.999</u>
Reconciliação do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	01/01/2009	31/12/2009
Passivo a descoberto divulgado	(52.584)	(5.508)
Benefícios pós-emprego (a)	4.572	5.961
Custo atribuído (b)	102.961	98.763
Vida útil remanescente (c)	-	2.347
Impostos diferidos (g)	(37.110)	(36.480)
Patrimônio líquido ajustado	<u>17.839</u>	<u>65.083</u>
Reconciliação do lucro líquido	31/12/2009	
Lucro líquido divulgado	30.474	
Benefícios pós-emprego (a)	(2.475)	
Adoção do custo atribuído (b)	(4.198)	
Vida útil remanescente (c)	2.347	
Impostos diferidos (g)	630	
Lucro líquido ajustado	<u>26.778</u>	



REFINARIA DE PETRÓLEO
RIOGRANDENSE

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

CNPJ/MF 94.845.674/0001-30

NIRE 43 3 0000283 7

»»» Continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ADOLFO ODERICH
Presidente
HENRIQUE LEOPOLDO SCHULZ
Conselheiro

FRANCISCO PAIS
Conselheiro
MARCELLO DE SIMONE
Conselheiro

HARDI LUIZ SCHUCK
Conselheiro
FLÁVIO DO COUTO BEZERRA CAVALCANTI
Conselheiro

DIRETORIA

MARGARETH FEIJÓ BRUNNET
Diretora Superintendente
EDUARDO TEIXEIRA NETO
Diretor

CONTADOR

DÉCIO ROQUE DIEHL JÚNIOR
Contador
CRC/RS: 57.739/0-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Acionistas da

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

Rio Grande – RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as nor-

mas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria Riograndense S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Ênfase

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, as operações da Companhia são concentradas com seus acionistas ou partes relacionadas aos seus acionistas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e seus acionistas e partes relacionadas e não incluem quaisquer ajustes às contas das demonstrações financeiras que poderiam ser requeridos no caso de eventual alteração no perfil de suas operações.

Porto Alegre, 17 de março de 2011.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omiechuk
Contador - CRC 1RS041241/O-2